

AS ESTATÍSTICAS PÚBLICAS E IMPORTÂNCIA DOS INDICADORES PARA GESTÃO DA PESCA: OBSERVAÇÕES SOBRE A PRÁTICA NA BAÍA DE GUANABARA

PUBLIC STATISTICS AND THE IMPORTANCE OF INDICATORS FOR FISHERIES MANAGEMENT: NOTES ON PRACTICE IN GUANABARA BAY

LAS ESTADÍSTICAS PÚBLICAS Y LA IMPORTANCIA DE LOS INDICADORES PARA EL MANEJO PESQUERO: NOTAS SOBRE LA PRÁCTICA EN LA BAHÍA DE GUANABARA

SABACK, Juliene Lemos

RESUMO

A pesca no Brasil vem sofrendo com a falta de dados estatísticos, os quais possibilitariam o desenvolvimento de projetos e políticas públicas diversas para o enfrentamento de possíveis problemas relacionados, por exemplo, com o manejo e a preservação de espécies aquáticas, bem como de garantias de manutenção do sustento das famílias que vivem desta atividade. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo levantar dados de pesquisas estatísticas da pesca, com ênfase na Baía de Guanabara, no Estado do Rio de Janeiro, a fim de angariar informações referentes às práticas da pesca artesanal frente à indústria pesqueira. Como marco metodológico, foi realizado um amplo levantamento bibliográfico, que inclui análise de documentos produzidos por órgãos estatais que resultaram de pesquisas estatísticas e de artigos científicos que abordam a temática. Com isso, foi realizada uma pequena análise dos dados de desembarque de 6 espécies de peixes da Baía, para possibilitar a apreciação da base de dados do PMAP-RJ.

Palavras-Chave: Estatística. Pesca Artesanal. Pesca Industrial. Baía de Guanabara.

ABSTRACT

Fishing in Brazil has been suffering from the lack of statistical data, which would enable the development of projects and different public policies to face possible problems related, for example, with the management and preservation of aquatic species, as well as guarantees of maintenance of the livelihood of the families that make their living from this activity. In this sense, this article aims to raise data from statistical fisheries research, with an emphasis on Guanabara Bay, in the State of Rio de Janeiro, to gather information regarding artisanal fishing practices in relation to the fishing industry. As a methodological framework, a broad bibliographic survey was carried out, which includes analysis of documents produced by state agencies of publications that resulted from statistical research and scientific articles that address the topic. With this, a small analysis of the landing data of 6 species of fish in the Bay was carried out, to enable the assessment of the PMAP-RJ database.

Keywords: Statistics. Artisanal Fishing. Industrial Fishing. Guanabara Bay.

RESUMEN

La pesca en Brasil ha venido sufriendo por la falta de datos estadísticos, lo que permitiría el desarrollo de proyectos y diversas políticas públicas para enfrentar posibles problemas relacionados, por ejemplo, con el manejo y preservación de especies acuáticas, así como garantías de mantenimiento del sustento de las familias que se ganan la vida con esta actividad. En este sentido, este artículo tiene como objetivo recabar datos de la investigación estadística pesquera, con énfasis en la Bahía de Guanabara, en el Estado de Río de Janeiro, con el fin de recabar información sobre las prácticas de pesca artesanal en relación con la industria pesquera. Como marco metodológico se realizó un amplio relevamiento bibliográfico, que incluye el análisis de documentos producidos por agencias estatales de publicaciones que resultaron de

investigaciones estadísticas y artículos científicos que abordan el tema. Con esto, se realizó un pequeño análisis de los datos de desembarque de 6 especies de peces en la Bahía, para permitir la evaluación de la base de datos PMAP-RJ.

Palabras Clave: Estadística. Pesca artesanal. Pesca industrial. Bahía de Guanabara.

INTRODUÇÃO

A realização de pesquisas para a produção de dados estatísticos e geográficos são extremamente necessários para o desenvolvimento de políticas públicas. O Censo demográfico é a maior e mais conhecida pesquisa do país, que através de um questionário rico em informação, consegue fazer uma compilação dos principais indicadores do Brasil, que auxiliam na análise e construção de projetos que podem melhorar a gestão dos recursos públicos e no desenvolvimento do país.

Nesse sentido, o planejamento de programas de desenvolvimento estratégico das mais diversas áreas, para que seja realizado de maneira eficiente, deve criar mecanismos para que dados sejam coletados, armazenados e estudados a fim de produzir informações que balizarão as orientações necessárias para gestão apropriada de tal área. Em relação à pesca, não poderia ser diferente. Infelizmente o Brasil carece conjunto de estatísticas regulares de acompanhamento voltada para a pesca, de acordo com o mencionado no site Mar Sem Fim (2020). Na matéria publicada por João Lara Mesquita, em 16 de junho de 2020¹, constatou-se que estas estatísticas deixaram de ser realizadas no Governo Dilma, observado pela ONG Oceana, para o Relatório global da ONU.

Logo, percebe-se a necessidade de haver no Brasil, um país de limites continentais, que possui uma faixa litorânea de quase de 11.000 km de extensão (BEGOT e VIANNA, 2014) e 12 bacias hidrográficas, uma base de dados que seja capaz de agregar informações obtidas a partir dos órgãos oficiais, para que possam ser observadas não apenas as questões relacionadas com o desembarque do pescado, mas também da gestão dos recursos pesqueiros, situação de trabalho dos pescadores e conflitos que ocorrem entre os trabalhadores da pesca e outros atores que utilizam o mesmo território.

No que se refere à região litorânea do Estado do Rio de Janeiro, encontra-se nela a terceira maior faixa costeira do país e o segundo maior conjunto de baías, estuários, lagoas costeiras e mangues (BEGOT e VIANNA, 2014). É nesse território que se situa a Baía de Guanabara, que margeia 7 municípios da Região Metropolitana, e é um dos principais palcos da degradação ambiental do Brasil. Begot e Vianna (2014, p. 498) ainda enfatizam que, de acordo com dados estatísticos coletados a partir Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) de 2011, a “produção pesqueira estadual é expressiva e gerada principalmente pela pesca extrativa marinha.”

Mediante o exposto, pensando na observação do espaço geográfico da Baía de Guanabara, o levantamento de dados sobre a pesca pode auxiliar na análise da oferta e demanda por recursos pesqueiros e possibilitar a compreensão de como os pescadores artesanais estão lidando com todos os focos de conflitos que encontram neste território, especialmente nos relacionados à pesca industrial.

Em vista disso, o Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira (PMAP-RJ), levantamento realizado pela Petrobras em conjunto com a Fundação Instituto de Pesca do Rio de Janeiro – FIPERJ (RJ), Instituto de Pesca do Estado de São Paulo - IP (SP), Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio – FUNDEPAG(PR) e Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI (SC), é um ponto balizador para o entendimento desta temática, pois

abrange o monitoramento da pesca industrial e artesanal das localidades pesqueiras fluminenses em 15 municípios costeiros, além do cadastramento dos pescadores profissionais, embarcações e infraestruturas de apoio à pesca (PMAP-RJ)².

1. Disponível em: Estatísticas sobre pesca, Brasil segue sem fazê-las - Mar Sem Fim Acesso em: 27 de out. 2021

2. Disponível em: <http://35.243.172.69:180/index.html> Acesso em: 19 de nov. 2021

As informações utilizadas para balizamento do boletim vêm de fontes distintas, através de convênios com o MPA e entidades parceiras, a fim de coletar “de dados de produção e esforço de pesca junto ao desembarque pesqueiro” (MPA, 2011, p. 9). Contudo, por interrupção de alguns desses convênios, os dados usados foram parciais (MPA, 2011). O PMAP-RJ realiza a coleta dos “dados obtidos através do monitoramento das descargas de pescado” e, a partir disso, produz um relatório técnico semestral da “descrição do levantamento de dados, processamento e análise das informações” (PMAP, 2020 p.31).

Por conta da riqueza biológica que a Baía de Guanabara abriga, a pesca se torna uma atividade atrativa economicamente para comunidades tradicionais, bem como de grupos empresariais. A indústria pesqueira de grande escala influencia negativamente a prática milenar da pesca artesanal já que, através do uso de grandes embarcações e equipamentos, capturam todo e qualquer animal marinho que encontra pelo caminho, podendo se tornar uma ameaça à manutenção da prática artesanal que conta com menor potencial de captura do pescado.

O relatório Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil (2021), revelou que aproximadamente 15 mil pessoas que vivem da pesca artesanal na Baía de Guanabara. Essa publicação foi produzida pelo Conselho Pastoral dos Pescadores e tem como objetivo dar visibilidade para os trabalhadores da pesca artesanal, diante da ofensiva proporcionada pelas forças do capital.

Nesse contexto, pode-se afirmar que para haver uma gestão eficiente da pesca no Brasil, é necessário que os órgãos oficiais produzam estatísticas que possibilitem, no futuro, o desenvolvimento de políticas públicas que venham a impactar positivamente tanto no manejo do pescado, quanto na produção e geração de melhores condições de trabalho e renda para os trabalhadores da pesca.

Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar os dados de pesquisas estatísticas da pesca do PMAP-RJ, com ênfase na Baía de Guanabara, no Estado do Rio de Janeiro, a fim de angariar informações referentes às práticas da pesca artesanal frente à indústria pesqueira.

Este trabalho justifica-se pela necessidade de compreensão e adoção de pesquisas estatísticas que colaborem com a organização e coleta de dados sobre a pesca brasileira, especialmente dando foco para o pescador tradicional, que vem perdendo seu território de prática pesqueira e, com isso, do sustento de sua família e de sua cultura e vivência.

ATIVIDADE PESQUEIRA

A pesca é uma atividade que vem sendo praticada ao longo dos séculos, se fazendo presente para a subsistência humana e, com o desenvolvimento das civilizações, foi incorporada como prática econômica. Ela está relacionada com características

(histórico-culturais, ambientais, sociais, políticos e econômicos) e, nesse sentido, coloca-se a necessidade de articular conhecimentos, saberes e ciências para propiciar uma visão mais integrada da pesca e perceber a riqueza e as nuances deste universo. (FAERJ, SEBRAE-RJ, 2009, p. 15)

É fundamental observar que a pesca está relacionada ao uso do espaço através das atividades humanas. Nesse sentido, Cardoso (2003, p. 119) enfatiza que

a pesca reside na articulação entre os meios aquático e terrestre, sendo que o primeiro comporta os processos de apropriação da natureza e o segundo significa os espaços de moradia do pescador e o da realização do pescado enquanto mercadoria.

Pensando na pesca como uma atividade secular, que contribui com o desenvolvimento econômico em pequena e larga escala, é importante se atentar em como as práticas pesqueiras se relacionam com o desenvolvimento das cidades, da indústria e da tecnologia. Assim, é essencial se pensar na prática pesqueira que atenda às demandas da sociedade, bem como das populações que dela vivem. Neste contexto, é indispensável a execução de um manejo sustentável dos territórios pesqueiros, bem como das formas de captura do pescado, a fim de auxiliar na manutenção das espécies e da atividade.

Nesse sentido, avaliar as práticas pesqueiras das populações tradicionais e industriais é indispensável para se pensar na sustentabilidade socioambiental que se associa a esta cadeia produtiva, já que esta segunda se beneficia das grandes quantidades de pescado que consegue capturar por conta do tamanho de suas embarcações e materiais de aprisionamento do pescado.

São muitos os problemas encontrados pelos pescadores artesanais no que diz respeito às suas práticas pesqueiras. Da degradação ambiental à perda de território, o pescador tem sofrido imensamente para manter essa atividade que faz parte da sua cultura, sua história e sua subsistência. Desta maneira, é importante pensar a manutenção da pesca de forma que seja sustentável ecologicamente, além de viável economicamente por quem dela vive, a fim de preservá-la como maneira sociocultural, fortalecendo sua territorialidade e impedindo assim a incorporação de atividades secundárias que podem vir a descaracterizar a sua história (FAERJ, SEBRAE-RJ, 2009).

Sob o mesmo ponto de vista, a Constituição Estadual do Rio de Janeiro, de 1989, incumbiu ao poder público “impedir a pesca predatória e fiscalizar todas as atividades humanas que possam comprometer os ecossistemas de manguezais, estuários e outros espaços de reprodução e crescimento de espécies aquáticas” (BEGOT e VIANNA, 2014, p. 501).

Não há um número concreto da quantidade de pescadores que exercem a prática da pesca no território a Baía de Guanabara. Maria Dulce Gaspar et al (2019) informa que com a dificuldade de obtenção desses dados, estima-se que seja de 5.000 até 18.000, entre artesanais e industriais.

As dificuldades de obtenção de informações sobre a pesca, por ser uma atividade basicamente extrativista e envolta por grande parte de um trabalho informal, impacta na mensuração da quantificação da sua relevância socioeconômica (FAERJ, SEBRAE-RJ, 2009).

É nesse sentido que o estudo acerca das características da atividade pesqueira artesanal é tão relevante, pois, desta forma, será possível construir indicadores que analisem os principais problemas enfrentados por esse grupo e quais medidas de enfrentamento são indispensáveis para preservação dos territórios e a manutenção desta prática que permita a continuidade da geração de renda.

Nessa perspectiva, uma estatística da pesca é bastante relevante para realizar um levantamento de dados de maneira sistemática e que consiga sintetizar as realidades envolvidas na pesca brasileira. Infelizmente atualmente não existe uma pesquisa a nível nacional que realize um Censo que produza informações e conhecimentos que possam balizar a construção de políticas públicas eficiente para este setor.

BREVE HISTÓRICO DAS ESTATÍSTICAS DA PESCA

A estatística da pesca no Brasil foi realizada ao longo do século XX por diferentes órgãos governamentais, tais como o Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, antes de ser assumido pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, em 1967, que o fez até 1979, quando em 1980, voltou a ser atribuição do IBGE concomitantemente à SUDEPE, adotando sua metodologia, que utilizava três questionários diferentes: o da Pesca Empresarial, o da Pesca Colonizada e o da Não Colonizada (Lima-Green e Pereira, 2012).

Em 1989 os dois órgãos publicaram os dados estatísticos concebidos a partir desta pesquisa sobre a produção pesqueira. Após a SUDEPE ser absorvida pelo recém-criado Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recurso Naturais Renováveis – IBAMA, a estatística da pesca passa a ser responsabilidade deste novo órgão. Entretanto, em 1995, a partir do Decreto no 1.694, criou-se o Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura – SINPESQ, “novamente foi atribuída ao IBGE à coordenação da produção, sistematização e divulgação das estatísticas de pesca” (Lima-Green e Pereira, 2012, p. 7).

Lima-Green e Pereira (2012, p. 7) revelam que

o SINPESQ, segundo o decreto, deveria conter, basicamente, dados e informações produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e pelos Ministérios da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, do Meio Ambiente e do Turismo dentre 7 outros, assim como

as disponíveis nos demais órgãos federais, estaduais, municipais, instituições de ensino e pesquisa e entidades envolvidas com o setor pesqueiro. Além disso, deveria elaborar plano operativo definindo as atribuições e os responsáveis pelas ações decorrentes da implementação. A maior parte das atividades e informações requeridas refere-se ao monitoramento estatístico da pesca e aquicultura, ou seja, ao levantamento sistemático contínuo de informações relativas à atividade de pesca em todo País.

Na prática, o IBAMA, juntamente com outros órgãos, ficou responsável por coletar os dados para realização da estatística pesqueira e ao IBGE foi atribuído a coleta e divulgação dos resultados da pesquisa, o que não trouxe eficiência no trabalho. Outras mudanças ainda surgiram, a partir da criação do Ministério da Pesca e Aquicultura.

É possível perceber que tantas mudanças em torno desta estatística não conseguiu estruturar uma pesquisa que pudesse compilar informações suficientes para a construção de uma base de dados que assumisse um caráter censitário acerca da pesca. Embora tenham ocorrido estas dificuldades no levantamento de dados e reformulações institucionais, o IBAMA publicou o boletim Estatística da Pesca 2000, Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, no qual informa os dados referentes ao ano 2000, sobre à pesca extrativa e aquicultura, marinha e continental. (IBAMA, 2000). De acordo com a publicação

Os dados básicos de produção utilizados neste Boletim, relativos à pesca extrativa marinha, foram obtidos através dos sistemas de controle de desembarque, mapa de bordo, relatórios de produção fornecido pelas empresas de pesca e amostragem estatística. Esses sistemas, no momento, apresentam deficiências, que reside basicamente no insuficiente número de coletores de dados, falta de compromisso do setor produtivo no fornecimento das informações, ausência de uma política institucional voltada para geração da estatística pesqueira nacional. (IBAMA, 2000, p.3)

Em 2011, um novo boletim estatístico foi publicado pela Secretaria de Monitoramento e Controle do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, que foi produzido pela Coordenação-Geral de Monitoramento e Informações Pesqueiras. Esse boletim

apresenta informações sobre a produção pesqueira nacional em toneladas – por regiões e unidades da Federação - referentes à pesca extrativa e aquicultura (marinha e continental) além dos dados da balança comercial do pescado para o ano de 2011 (MPA, 2011, p. 7).

As informações utilizadas para balizamento do boletim vêm de fontes distintas, através de convênios com o MPA e entidades parceiras, a fim de coletar “de dados de produção e esforço de pesca junto ao desembarque pesqueiro” (MPA, 2011, p. 9). Contudo, por interrupção de alguns desses convênios, os dados usados foram parciais (MPA, 2011).

É importante ainda salientar que as estatísticas pesqueiras realizadas ao longo do tempo sempre enfatizaram o desenvolvimento de indicadores que servissem como base para auxiliar na expansão da pesca industrial, proporcionando às forças do capital maior acesso a planos e benefícios governamentais e, com isso, gerar maiores lucratividades para o setor.

Sem contar com um Censo da pesca, os últimos dados estatísticos de maior abrangência e mais concretos que foram divulgados no Brasil são de 2011, com o Boletim publicado pelo MPA. Neste ínterim, o que se pode trabalhar neste momento é com pesquisas pontuais, que abrangem uma determinada região.

ESTATÍSTICAS DA PESCA NO RIO DE JANEIRO

Ao voltar o olhar para a questão da pesca na Baía de Guanabara, atualmente é possível construir indicadores e observar os números que existem a partir da base de dados do PMAP-RJ. Desde 2017, esse projeto desenvolve uma pesquisa sobre a pesca no Rio de Janeiro, no qual é apresentado semestralmente um documento explicitando informações coletadas no desembarque pesqueiro.

O PMAP-RJ realiza o monitoramento da atividade pesqueira através do monitoramento sistemático em locais de descarga e pontos de comercialização de pescado, tanto da pesca artesanal, quanto da pesca industrial (PMAP-RJ, 2020, p. 32).

Neste trabalho, o foco volta-se para o Relatório Técnico Semestral de janeiro a junho de 2020, que teve como local de coleta de dados "171 locais de descarga de pescado nos 15 municípios abrangidos pelo PMAP-RJ, de Cabo Frio a Paraty" (PMAP-RJ, 2020, p.41).

De acordo com o relatório, para sua metodologia

[...] o monitoramento das descargas de pescado é realizado pela coleta de informações das viagens de pesca, com o instrumento denominado Formulário de Entrevista de Descarga...] [...] os Formulários de Entrevistas de Descarga são aplicados pelos Agentes de Campo diretamente com pescadores e mestres de embarcações no momento ou logo após a descarga do pescado] (PMAP-RJ, 2020, p.51)

Sobre o tratamento e o armazenamento dos dados coletados pelo PMAP-RJ,

os dados são inseridos no sistema ProPesqWEB via aplicativo ProPesqMOB pelos Agentes de Campo, os Monitores de Campo realizam a revisão dos dados digitalizados, por meio de uma crítica subjetiva, validando os registros de viagem. Só após a validação estes dados ficam disponíveis para análises agrupadas no gerador de relatórios do sistema. Os Analistas de Recursos Pesqueiros da FIPERJ integram a equipe do PMAP-RJ ocupando tecnicamente a função de Coordenadores Regionais, responsáveis pela verificação da consistência do conjunto de dados coletados ao longo do monitoramento da atividade pesqueira. (PMAP-RJ, 2020, p.52)

A partir das estimativas finais de produção e de esforço pesqueiro da pesca no Estado, obtém-se resultados estatísticos que são publicados no relatório. Com isso,

são atribuídos pesos amostrais a cada uma das descargas pesquisadas durante o monitoramento que são usados para a estimação dos totais populacionais de produção e esforço de pesca bem como de outros atributos de interesse da pesquisa. (PMAP-RJ, 2020, p.52)

Os dados coletados diariamente são preenchidos em planilha, de acordo com o local de desembarque do pescado, bem como planejamento da coleta para cada dia da semana e os resultados quantitativos (PMAP-RJ, 2020). Assim, consegue-se calcular o peso amostral que será utilizado para a explicitação amostral dos dados de descarga.

Após toda a coleta, tratamento e armazenamento dos dados, é realizada a representação espacial dos dados, no qual é possível observar a partir de mapas, as áreas de pesca. Logo após, o projeto explicita dos resultados estatísticos de cada municípios, determinando a quantidade desembarcada da pesca artesanal e industrial por município, dentro daquele determinado período pesquisado.

Portanto, a fim de observar os dados da pesca relacionados com a Baía de Guanabara, o banco de dados do PMAP-RJ pode possibilitar uma análise sobre a pesca, já que permite a obtenção de números referentes produção estimada de pescado, que através da coleta mensal de informações coletadas no desembarque dos pesqueiros, proporciona uma visão mais detalhada sobre esta prática, tanto para a pesca artesanal quanto para a industrial.

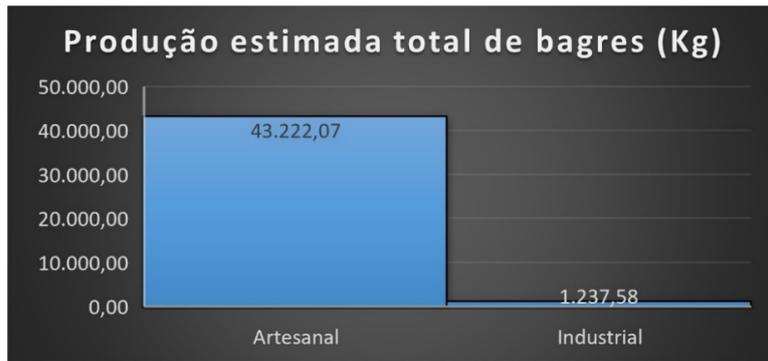
BREVE OBSERVAÇÃO DE DADOS DO PMAP-RJ

A partir das informações relatadas neste trabalho, será realizada uma breve análise acerca das estatísticas da pesca do Rio de Janeiro, por meio da base de dados coletados pelo PMAP-RJ, que reuniu mensalmente, de 2017 até o 1º semestre de 2020, informações sobre o desembarque da pesca artesanal e industrial no Estado.

Visando a pesca situada no território da Baía de Guanabara, a partir dos dados do PMAP-RJ, serão explicitados a partir de gráficos, o quantitativo de pescado capturado pelos pescadores artesanais e industriais de seis municípios que margeiam a Baía de Guanabara – Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Magé, Duque de Caxias e Rio de Janeiro –, observando os números totais obtidos do primeiro semestre de 2020, para cada espécies.

Nesse sentido, serão observadas as seguintes espécies de pescados: bagres, cocoroca, corvina, espada, sardinha-verdadeira e ubarana. Essas espécies foram selecionadas a partir de um levantamento de peixes que tem na Baía de Guanabara seu habitat. Os dados podem ser observados nos gráficos 1 a 6.

Gráfico 1: Produção estimada de bagres no primeiro semestre de 2020



Fonte: Banco de dados FIPERJ / PMAP-RJ

Gráfico 2: Produção estimada total de cocoroca no primeiro semestre de 2020



Fonte: Banco de dados FIPERJ / PMAP-RJ

Gráfico 3: Produção estimada de corvina no primeiro semestre de 2020



Fonte: Banco de dados FIPERJ / PMAP-RJ

Gráfico 4: Produção estimada total de espada no primeiro semestre de 2020



Fonte: Banco de dados FIPERJ / PMAP-RJ

Gráfico 5: Produção estimada total de sardinha-verdadeira no primeiro semestre de 2020

Fonte: Banco de dados FIPERJ / PMAP-RJ

Gráfico 6: Produção estimada total de ubarana no primeiro semestre de 2020

Fonte: Banco de dados FIPERJ / PMAP-RJ

A partir dos dados apresentados para as 6 espécies de pescados coletados através da base de dados da PMAP-RJ, pode-se afirmar que as quantidades capturadas entre os 2 tipos de atividades pesqueiras têm enormes diferenças na quantidade apanhada, já que a pesca industrial totalizou o desembarque de 4.184.384,27 kg – somando o total das 6 espécies – e a pesca artesanal 696.636,41 kg, dando uma diferença de 3.487.747,86 kg a mais para a primeira.

Baseado nos dados explicitados acima, verifica-se que a pesca industrial, ainda que para alguns pescados tenha capturado menores quantidades totais em relação a pesca artesanal, quando é apontado espécies de maior captura, a industrial se sobressai pela porção bem mais expressiva que a artesanal, como no caso da sardinha-verdadeira.

CONCLUSÕES

Este trabalho expõe apenas uma parte ínfima da grandiosidade de informações que se relacionam com a atividade pesqueira no país. A base de dados da PMAP-RJ dispõe de aproximadamente 170 espécies observadas no desembarque dos pesqueiros, em áreas que se encontram na região de exploração e produção de petróleo da Baía de Santos, que ocupa uma extensão situada do litoral de Santa Catarina ao do Rio de Janeiro.

O intuito do artigo foi levantar informações referentes à estatística da pesca, oferecendo ao leitor um panorama das dificuldades de obtenção de informações relevantes acerca da temática. Aqui, pretendeu-se apresentar um histórico sobre este tipo de estatística e ainda explicitar dados coletados a partir de uma pesquisa realizada no Estado do Rio de Janeiro – com o PMAP-RJ, com a finalidade de compreender como é importante realizar pesquisas nesta área.

Espera-se, portanto, que com esse trabalho o leitor possa ter uma maior compreensão acerca da importância da existência de um banco de dados onde seja possível verificar e acompanhar o desenvolvimento da pesca no Brasil, bem como que a partir dele, sejam desenvolvidos indicadores a fim de possibilitar melhores percepções sobre os problemas enfrentados pelos trabalhadores que vivem da pesca artesanal, com o intuito de lhes garantir a possibilidade de manter a pesca como seu sustento e de sua família, além de proporcionar a manutenção do seu estilo de vida, se sua cultura e de sua história, a partir da preservação de suas práticas e de seus territórios.

REFERÊNCIAS

- BARROS, S. MEDEIROS, A. GOMES, E. B. **Conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil: relatório 2021**. 2ª. ed. Olinda, PE Conselho Pastoral dos Pescadores, 2021.
- BEGOT, L. H. e VIANNA, M. **Legislação Pesqueira Costeira: o Caso da Baía de Guanabara, RJ**. Boletim Instituto de Pesca, São Paulo, 40(4): 497 – 520, 2014.
- Boletim estatístico da pesca e aquicultura 2011**. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/estatistica/est_2011_bol__bra.pdf Acesso em: 25 de out. 2021
- CARDOSO, E. S. **Da apropriação da natureza à construção de territórios pesqueiros**. Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 14, pp. 119 - 125, 2003.
- Diagnóstico da cadeia produtiva da pesca marítima no Estado do Rio de Janeiro: relatório de pesquisa FAERJ, SEBRA-RJ - Rio de Janeiro, 2009**.
- Estatística da Pesca 2000: Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/biblioteca/download/estatistica/est_2000_bol__bra_parte1.pdf Acesso em: 25 de out. 2021.
- Estatísticas sobre pesca, Brasil segue sem fazê-las**. Disponível em: <https://marsemfim.com.br/estatisticas-sobre-pesca-brasil-segue-sem-faze-las/> Acesso em: 25 de out. 2021.
- FIPERJ. **Estatística Pesqueira do Estado do Rio de Janeiro**. Consulta On-line. Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira no Estado do Rio de Janeiro. Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ). Disponível em: <http://pescarj.fundepag.br/> Acesso em: 12 de nov. 2021.
- GASPAR, M. D. BIANCHINI, G. F. BERREDO, A. L. LOPES, M. S. **A ocupação sambaqueira no entorno da Baía de Guanabara**. Revista de Arqueologia, V. 32 N.2 2019: 36-60.
- LIMA-GREEN, A. P. MOREIRA, G. G. **Metodologia Estatística da Pesca: Pesca Embarcada**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Agropecuária [e] Coordenação de Métodos e Qualidade, 2012.
- PMAP-RJ. Disponível em: <http://35.243.172.69:180/index.html> Acesso em: 19 de nov. 2021.
- PMAP-RJ. **Relatório técnico semestral**. Disponível em: <http://35.243.172.69:180/sistema.html?id=60f8839eb8550d9000e8fba9> Acesso em: 12 de nov. 2021.